

Questão 67

A respeito da transferência ou divisão de atribuições na Administração Pública de Goiás, verifica-se que

- a) órgãos públicos são unidades de atuação administrativa, com personalidade jurídica, ordenados para a consecução de uma predeterminada atribuição no âmbito da Administração Pública.
- b) os entes descentralizados estão hierarquicamente vinculados às entidades centrais que decidiram pela descentralização.
- c) servidores efetivos detentores de cargos públicos lotados nas autarquias não se submetem ao regime jurídico de servidores com as mesmas características citadas lotados na Administração Direta de Goiás.
- d) as autarquias estaduais estão desobrigadas de licitar a contratação de obras, serviços, compras e alienações.
- e) é imprescindível, para a criação de autarquia, no estado de Goiás, a edição de lei específica.

Questão 68

Sobre o poder de polícia, tem-se o seguinte:

- a) o poder de polícia baseia-se no princípio da supremacia do interesse público sobre o particular e, por esse motivo, é incompatível com as liberdades individuais.
- b) a polícia administrativa é privativa de corporações especializadas, assim entendidas a polícia civil e a polícia militar.
- c) a executoriedade do poder de polícia está condicionada à sua exigibilidade e esta, por sua vez, à prévia autorização judicial.
- d) a decretação do estado de sítio permite a extensão excepcional do poder de polícia, com possibilidade de restrições aos direitos de reunião, à liberdade de imprensa e à própria inviolabilidade de domicílio.
- e) a coercibilidade inerente ao poder de polícia não exime a Administração de buscar, em juízo, autorização para restringir direitos dos administrados.

Questão 69

A Constituição da República prevê que, em caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular. Sobre o instituto da requisição, verifica-se o seguinte:

- a) a requisição civil, ao contrário da requisição militar, só pode recair sobre bens que permitam sua posterior devolução ao particular, não podendo recair sobre bens irrecuperáveis.
- b) a União detém competência privativa para legislar sobre requisições civis e militares, mas lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas relacionadas ao instituto.
- c) a requisição administrativa é ato unilateral e autoexecutório, independentemente, por isso, da aquiescência do particular e de autorização judicial, mas só é lícitamente exercitável em tempos de guerra.
- d) de acordo com o Supremo Tribunal Federal, a Lei 8.080, de 1990, permite que a União requirite bens públicos dos Estados e Municípios para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, na área da saúde, independentemente da decretação de estado de defesa ou estado de sítio.
- e) a requisição civil, diferentemente da requisição militar, gera obrigação de indenizar, independentemente da ocorrência de dano.

Espaço para rascunho

Questão 70

Para efeito de responsabilização do servidor público, tem-se o seguinte:

- a) considera-se servidor público, para fins criminais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- b) em caso de dano causado pelo servidor ao Estado, a apuração de responsabilidade ocorrerá exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- c) segundo a jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal, a ausência de acompanhamento por advogado no processo administrativo disciplinar é motivo de nulidade.
- d) a responsabilidade penal do servidor pode ser apurada tanto pela própria Administração Pública quanto pelo Poder Judiciário.
- e) a decisão criminal que declara a existência do fato ou seu autor não vincula a decisão na órbita administrativa.

Direito Civil e Empresarial

Questão 71

Sobre a pessoa jurídica de direito privado, dispõe o Código Civil que:

- a) as disposições acerca das associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades empresárias e às sociedades simples.
- b) começa sua existência legal com o pedido de inscrição de seus atos constitutivos perante o registro respectivo.
- c) se extingue sua existência legal com a dissolução ou com a cassação, se for o caso, da autorização para seu funcionamento.
- d) tem proteção dos direitos de personalidade apenas quanto ao nome, desde o respectivo registro até a dissolução.
- e) as organizações religiosas serão regidas por lei própria, que poderá dispor sobre a organização e a estrutura interna.

Questão 72

A Xpto Supermercados Ltda. é sediada na cidade de Itaberaí e alienou sua única filial, que era estabelecida na cidade de Faina. Nesse caso, dispõe o direito brasileiro que:

- a) a Xpto Ltda. não poderá se restabelecer em Faina nos próximos 10 anos, salvo autorização da adquirente.
- b) o adquirente responderá pelo passivo cível contabilizado pela filial, mas a Xpto Ltda. continuará solidariamente responsável pelo prazo de um ano a contar da data alienação.
- c) os contratos celebrados para a exploração da filial fainense serão considerados resolvidos com a alienação.
- d) esse ato poderá fundamentar pedido de falência contra a Xpto Ltda., se com esta não restarem bens suficientes para solver seu passivo e ela não obtiver o consentimento de todos os credores.
- e) a cessão dos créditos referentes à filial de Faina produzirá efeito em relação a seus devedores desde o momento da alienação.

Questão 73

Cheque é título de crédito sacado contra instituição financeira e que

- a) para a execução contra o emitente, tem prazo prescricional de 6 meses a contar de sua emissão.
- b) para execução contra o emitente, depende de prévio protesto por falta de pagamento.
- c) depois de prescrito, não pode estribar ação monitória relativa ao respectivo crédito.
- d) depois de prescrito, pode ser objeto de ação de locupletamento contra o emitente.
- e) pode ter o pagamento pelo banco sacado sujeito a termo, mas não a condição.

Questão 74

Quanto à sociedade limitada:

- a) A responsabilidade de cada sócio é limitada à integralização das quotas sociais por ele subscritas ou adquiridas.
- b) Apenas pode ter conselho fiscal se o contrato social prever a regência supletiva pelas normas da sociedade anônima.
- c) Seus atos constitutivos podem ser registrados em junta comercial ou em registro civil de pessoas jurídicas, a depender do objeto social.
- d) Pode nomear pessoa jurídica como administrador, desde que a designação seja feita pelo contrato social.
- e) A omissão do termo “limitada” no nome empresarial não acarreta a responsabilidade ilimitada dos sócios se a cláusula de limitação de responsabilidade constar do contrato social.

Questão 75

Dispõe a Lei n. 11.101/2005, sobre a recuperação judicial, que:

- a) o plano de recuperação judicial aprovado e homologado implica novação de todos os créditos constituídos até a data da homologação.
- b) o deferimento da recuperação judicial não afasta o devedor ou seu administrador da posse e da gestão da empresa.
- c) a alienação pelo devedor em recuperação de bem objeto de garantia real, a supressão da garantia ou sua substituição serão admitidas mesmo sem expressa concordância do respectivo credor.
- d) distribuindo o pedido de recuperação judicial, o devedor não pode alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo administrador judicial.
- e) o devedor em recuperação deve ostentar em seu nome empresarial a expressão “em recuperação judicial” desde a propositura da ação até a homologação do plano de recuperação aprovado pelos credores.

Direito Eleitoral

Questão 76

Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais apurar os resultados finais e expedir os respectivos diplomas nas eleições para:

- a) Vereadores
- b) Prefeito Municipal
- c) Presidente da República
- d) Vice-Presidente da República
- e) Membros do Congresso Nacional

Questão 77

No nosso sistema legal, o partido político

- a) é pessoa jurídica de direito privado, sendo livre a sua criação, fusão, incorporação e extinção.
- b) é pessoa de direito público, dependendo a sua criação de prévia autorização do Tribunal Superior Eleitoral.
- c) é pessoa jurídica de direito público, sendo livre a sua criação, fusão, incorporação e extinção.
- d) é pessoa jurídica de direito privado, dependendo a sua criação de prévia autorização pelo Congresso Nacional.
- e) é entidade paraestatal, devendo prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

Questão 78

Os crimes eleitorais cometidos por juízes eleitorais serão processados e julgados

- a) por juiz eleitoral de outra zona eleitoral.
- b) pelo Tribunal Superior Eleitoral, após instrução realizada pela Corregedoria Regional Eleitoral à qual esteja vinculado o magistrado processado.
- c) pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que o magistrado processado exerce a sua jurisdição.
- d) pelo Tribunal de Justiça, se o juiz eleitoral processado for Juiz de Direito, e pelo Tribunal Regional Federal, se o juiz eleitoral processado for Juiz Federal.
- e) pelo Conselho Nacional de Justiça, cabendo recurso ao Supremo Tribunal Federal.

Questão 79

A respeito das juntas eleitorais, as autoridades e agentes policiais

- a) não podem ser nomeados como membros, escrutinadores ou auxiliares.
- b) têm prioridade na nomeação como membros, escrutinadores ou auxiliares.
- c) só podem atuar como membros se expressamente autorizados pelo superior hierárquico imediato.
- d) atuam como membros desde que haja requisição da Justiça Eleitoral.
- e) não podem ser nomeados como membros, salvo deliberação do Juiz Eleitoral, após parecer do Ministério Público Eleitoral.

Questão 80

Segundo o Código Eleitoral, havendo a suspensão dos direitos políticos, o título eleitoral

- a) fica imediatamente suspenso até que cesse a causa de suspensão.
- b) fica suspenso somente a partir do trânsito em julgado de condenação criminal e enquanto durarem os seus efeitos.
- c) é válido, não podendo, contudo, o eleitor exercer os seus direitos políticos, ativos e passivos.
- d) fica cancelado a partir da condenação criminal transitada em julgado e enquanto duraram os seus efeitos.
- e) é válido, não podendo, contudo, o eleitor se candidatar a cargo eletivo.

Espaço para rascunho

Questão 81

Tendo em vista a relevância da determinação da distância de um disparo com arma de fogo, bem como a necessidade de conhecimento acerca dos elementos do disparo na saída da arma, para a verificação de um tiro a curta distância (queima-roupa), quando observados os sinais na pele da vítima, também deverá ser levado em consideração o seguinte aspecto:

- a) a zona de chamuscamento é um sinal indispensável nesse caso.
- b) o orifício de entrada do PAF apresentará bordas nitidamente chamuscadas.
- c) a zona de tatuagem será o marcador do limite dessa distância.
- d) a orla de escoriação será simétrica em relação ao orifício de entrada do PAF.
- e) o sinal de Werkgartner é um parâmetro a ser levado em conta.

Questão 82

Para o conhecimento estimado do tempo de morte são utilizados os critérios preconizados pela cronotanatognose. Segundo o que dita o artigo 162, do Código Penal Brasileiro, a autópsia deverá ser iniciada pelo menos seis horas após a constatação da veracidade do óbito, ou antes, caso existam sinais de certeza da morte, o que deverá ser anotado pelo perito no laudo. Segundo os conhecimentos da cronotanatognose e atendendo ao preceito legal exposto, tem-se que:

- a) a mancha verde, dependente de ação bacteriana, ocorre na fossa ilíaca e revela o início da putrefação.
- b) a midríase paralítica bilateral é um sinal abiótico consecutivo que servirá para a confirmação da morte.
- c) a algidez cadavérica segue os princípios da Lei de Nysten, tendo sentido de ocorrência craniocaudal.
- d) a rigidez cadavérica é um fenômeno abiótico mediato que se inicia pelos músculos mais volumosos.
- e) os livores cadavéricos ou manchas de hipostase permitem o conhecimento da posição do cadáver.

Questão 83

As asfixias mecânicas se enquadram na categoria dos traumas de natureza fisicoquímica. Nos casos das constrições cervicais – enforcamento, estrangulamento e esganadura – as asfixias demonstram sinais característicos que as diferenciam entre si. Nesse sentido, verifica-se o seguinte:

- a) num enforcamento, diferentemente de um estrangulamento, é possível reconhecer o material empregado no laço, a partir da marca deixada na pele.
- b) a esganadura só ocorre na forma dolosa, uma vez que as formas acidental e culposa são afastadas pelo mecanismo de ação empregado.
- c) nos estrangulamentos, os sinais são constituídos de equimose facial associada a marcas ungueais, os quais permitem a identificação do agressor.
- d) uma suspensão incompleta, num caso de enforcamento, aponta, direta e inquestionavelmente, para um homicídio por execução da vítima.
- e) dentre as asfixias por constrição cervical, a mais rápida delas em termos de ocorrência da morte é representada pelo estrangulamento.

Espaço para rascunho

Questão 84

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais da Associação Americana de Psiquiatria (DSM-V) é um guia de critérios adotado pericialmente para a verificação das doenças e dos transtornos mentais. O artigo 26 do Código Penal Brasileiro é aquele que trata das questões voltadas para a imputabilidade e a responsabilidade penal dos agentes agressores. Levando-se em conta os conhecimentos da Psiquiatria Forense, deve-se entender que:

- a) o Transtorno de Personalidade Antissocial é o correspondente ao que se denomina de *serial killer*.
- b) o Transtorno de Personalidade Histriônica corresponde ao chamado Transtorno de Dependência.
- c) portadores de Transtorno de Personalidade *Borderline* apresentam instabilidade comportamental.
- d) cometimento de atos ilícitos é situação comum entre os portadores de Transtorno Bipolar do Humor.
- e) psicopatas são atualmente denominados de sociopatas, por cometerem homicídios e agressões físicas.

Questão 85

Quanto às perícias de local, são levados em conta os diversos vestígios encontrados. A análise desses elementos deverá constituir a materialidade dos fatos, provendo a Justiça com provas suficientes para o alcance da dinâmica dos fatos, das motivações de um crime porventura cometido e, preferencialmente, para o apontamento da autoria do mesmo. Nesse sentido, tem-se o seguinte:

- a) a prova testemunhal substitui o exame de corpo de delito mesmo quando vestígios forem encontrados.
- b) a análise dos vestígios é dispensável quando o culpado confessar o crime ou for pego em flagrante.
- c) vestígios são provas do cometimento de um crime, sobretudo se são encontrados no local dos fatos.
- d) o corpo da vítima é parte do corpo de delito e os vestígios nele encontrados.
- e) corpo de delito é o conjunto de vestígios encontrados no local dos fatos ou a estes relacionados.

Direito Tributário

Questão 86

O princípio da legalidade, que está a indicar no direito penal que não há sanção criminal sem a devida tipificação penal, se manifesta também nas relações jurídicas tributárias. Acerca da aplicação do princípio da legalidade tributária, tem-se o seguinte:

- a) É direito fundamental do contribuinte que a exação tributária, como sanção pecuniária de ato ilícito tributário, encontre-se prevista em lei específica.
- b) A Constituição Federal, ao tratar da legalidade em matéria tributária no art.150, I, é redundante, dado que já é prevista a legalidade no art.5º, II, no capítulo dos Direitos Fundamentais.
- c) A obrigação tributária acessória, melhor denominada como dever instrumental, demanda fixação em lei na medida em que corresponde a ônus ao contribuinte.
- d) O Código Tributário Nacional, ao dispor sobre a aplicação do princípio da legalidade tributária, prescinde sua observância na atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
- e) Com origem na Magna Carta de 1215, quando desde então vigorava “*no taxation without representation*”, é direito fundamental do contribuinte, previsto no art.150, I, da Constituição de 1988, que não encontra mitigação na ordem tributária brasileira.

Questão 87

Fato gerador é a situação definida em lei como necessária e suficiente à ocorrência da obrigação tributária principal. Entre diferentes aspectos do fato gerador, verifica-se que

- o produto do crime se encontra sujeito à tributação na medida em que, conforme o Código Tributário Nacional, vigora para exação tributária a regra do *non olet*.
- o Estado, no exercício do seu poder de tributar, ao prever como fato gerador determinado ato, abstrai qualquer aspecto de licitude penal.
- a definição do fato gerador demanda não só ato jurídico válido, mas também natureza lícita do seu objeto e efeitos conforme o ordenamento jurídico.
- sujeito passivo da obrigação tributária é apenas o contribuinte, dado que vigora, também, no direito tributário o princípio da intransferibilidade da sanção a afastar a solidariedade.
- o cidadão que se encontre sob a custódia do Estado, quando condenado simultaneamente à vedação de contratação com Poder Público, não pode ser sujeito passivo de obrigação tributária.

Questão 88

O lançamento da obrigação tributária, como ato privativo da Administração Tributária, constitui o crédito tributário. Quanto ao Crédito Tributário e seus consectários, constata-se que

- no lançamento tributário praticado no âmbito de operação de fiscalização, a Administração Tributária tem prerrogativa de requisição de força policial.
- a investigação por crime contra ordem tributária tem como pressuposto para atuação da autoridade policial lançamento tributário válido.
- os crimes contra ordem tributária são todos materiais, na medida em que demandam efetiva supressão da arrecadação tributária.
- entre as causas de extinção do crédito tributário, o parcelamento do tributo, quando já instaurada persecução penal, constitui causa de extintiva da punibilidade.
- a isenção tributária como causa de extinção do crédito tributário corresponde à perda do *ius puniendi* do Estado em matéria de crimes contra ordem tributária.

Questão 89

O sistema tributário nacional é integrado por um conjunto de princípios e regras que limitam o exercício do poder de tributar do Estado. Acerca do exercício da competência tributária verifica-se que

- a anterioridade aplicável ao direito penal tem igual aplicação na seara tributária, sendo vedada qualquer alteração na legislação tributária, ainda que não corresponda a aumento do tributo.
- é vedada a cobrança de tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada lei que os instituiu, aumentou ou reduziu.
- a imunidade religiosa é consectária da garantia fundamental da liberdade religiosa, que tem alcance além do templo religioso.
- a vedação do não-confisco ao Estado, no exercício de seu poder de tributar, limita a perda de bens no âmbito criminal.
- as regras de imunidade tributária devem ser interpretadas restritivamente, na medida em que correspondem a benefícios fiscais aos contribuintes.

Questão 90

O estado de Goiás possui competência para instituir ICMS, IPVA, ITCMD, Contribuições do Regime Próprio Servidor Público (RPSP) e taxas de serviço público e poder de polícia. Considerando-se essa afirmação, constata-se que

- a) a apreensão de um veículo em operação policial corresponde a supressão da posse de seu proprietário, o que implica dispensa legal do pagamento do tributo, dado que suprida sua posse por autoridade do próprio poder estatal.
- b) considerando que ausente previsão expressa na Constituição, é inconstitucional a fixação de alíquotas progressivas no ITCMD.
- c) a emissão de certidões no âmbito do inquérito policial se sujeita à cobrança de taxas de polícia previstas em lei.
- d) a atividade policial extraordinária pode ser remunerada mediante taxa de serviço público, dado que se trata de atividade divisível e não universal.
- e) o ICMS é imposto indireto na medida em que, presente o fenômeno da repercussão financeira do tributo, incorre com seu ônus econômico o consumidor, que não integra a relação jurídica tributária.

Direito Ambiental

Questão 91

Ao asseverar sobre a proteção do meio ambiente, a Constituição Federal de 1988

- a) adotou uma visão estrita para o vocábulo “meio ambiente”, pois reconhece a proteção do patrimônio natural em seu artigo 225.
- b) deixou de aludir expressamente ao desenvolvimento sustentável, apesar de ele poder ser inferido do artigo 170, VI, quando se refere ao meio ambiente como princípio que rege a ordem econômica.
- c) buscou limitar as atividades nucleares, ao exigir que o licenciamento ambiental de novas usinas dependa de lei estadual específica, por meio da qual se defina sua localização.
- d) recepcionou a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, ao exigir o relatório ambiental preliminar de todos os empreendimentos potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente.
- e) ensejou uma maior flexibilidade para a definição, a manutenção e a modificação dos limites de unidades de conservação da natureza, o que pode ser feito por ato do Poder Executivo.

Questão 92

Diante de comunicação apresentada perante a Delegacia de Polícia Civil, denunciando a realização de rinha de galos em propriedade rural do município de Cromínia, se está diante de fato

- a) típico e antijurídico, estando o Estado, entretanto, impedido de exercer o *jus puniendi*, em razão de a rinha de galos ser reconhecida, no meio rural brasileiro, como uma prática costumeira.
- b) típico, porém juridicamente válido, desde que haja norma municipal que reconheça a rinha de galos como patrimônio cultural imaterial.
- c) atípico, pois a Constituição Federal de 1988 protege expressamente as manifestações culturais que portem referência à identidade dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.
- d) atípico, tendo em vista que, tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Crimes Ambientais, protegem apenas os animais integrantes da fauna silvestre brasileira.
- e) típico e antijurídico, segundo os ditames da Lei de Crimes Ambientais.

Questão 93

A empresa "BC Industrial" funciona regularmente licenciada há dez anos e está com sua licença de operação vencida desde 31 de janeiro de 2017. Munido dos documentos técnicos legalmente exigidos, o empreendedor requereu, em 1º de outubro de 2016, a renovação da licença perante o órgão estadual de meio ambiente. Não houve, entretanto, resposta sobre esse pleito. Neste caso,

- a) verifica-se a prática de infração administrativa ambiental, pois a licença de operação encontra-se vencida há mais de 120 (cento e vinte) dias.
- b) o pleito de renovação deverá ser negado pelo órgão ambiental, pois deveria haver sido requerido com a antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias úteis do vencimento da licença.
- c) a empresa estará em situação regular enquanto o órgão ambiental não se pronuncie sobre o pedido de renovação da licença de operação.
- d) há direito líquido e certo do empreendedor à renovação da licença de operação, já que comprovou, perante o órgão ambiental, atender a todos os requisitos técnicos para o funcionamento da atividade.
- e) deve-se protocolar novo requerimento perante o órgão ambiental, diante da prescrição intercorrente que se operou no processo, que está sem decisão há mais de 1 (um) ano.

Questão 94

O proprietário de um sítio localizado em município do Norte Goiano, com área equivalente a 4 (quatro) módulos fiscais, decidiu estender sua área de pastagem. Para tanto, nos idos de 2007, suprimiu a vegetação de parte de sua área de reserva legal, que desde então se resume a 5% do total da área da propriedade, o que já foi, inclusive, mencionado em seu Cadastro Ambiental Rural. Neste caso, aplica-se o seguinte:

- a) Existe obrigação pessoal de recompor integralmente a área desmatada.
- b) Por ser área rural consolidada, inexistente a obrigação de recomposição da reserva legal.
- c) Em caso de autuação por infração administrativa ambiental, o prazo para a defesa é de 30 (trinta) dias.
- d) O órgão ambiental poderá, de imediato, determinar o embargo da propriedade.
- e) Diante de autuação por infração administrativa ambiental, o valor da multa será convertido no pagamento dos serviços de recuperação da vegetação suprimida.

Questão 95

Sobre a proteção penal do meio ambiente no Brasil, verifica-se que

- a) a pessoa jurídica não pode ser responsabilizada pelo crime de poluição, se as atividades exercidas estiverem amparadas por licença ambiental.
- b) a lei de crimes ambientais admite concurso de pessoas, tanto entre pessoas físicas, como entre estas e pessoas jurídicas.
- c) o crime de poluição, que é doloso, contempla condutas comissivas ou omissivas, causem ou não danos à saúde humana ou ao meio ambiente.
- d) os atos, culposos ou dolosos, de pichar e grafitar constituem crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural.
- e) a competência para julgar os crimes ambientais é da Justiça Federal.

Espaço para rascunho

Questão 96

Leia o texto a seguir.

[...] e porque deste descobrimento de minas podiam resultar grandes interesses à minha fazenda, [Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Ortiz e Domingos de Prado] ofereciam a me irem fazer este serviço tão particular, à sua custa, não só conquistando com guerra aos gentios bárbaros que se lhes opuserem, mas também procurando descobrir os haveres que nas ditas terras esperavam achar, fiando da minha grandeza e benignidade, os honre e lhes agradeça o exporem-se a uma empresa de tanto trabalho, despesa e perigo, pedindo-me por ora, somente lhe fizesse mercê das passagens que dependerem de canoas, para eles suplicantes e para gente que levarem consigo e mandarem [...].

Resposta do Rei D. João V ao pedido de licença dos bandeirantes para organizar uma bandeira ao sertão dos Goyazes. In. PALACIN, L.; GARCIA, L. F.; AMADO, J. *História de Goiás em documentos*: I. Colônia. Goiânia: Editora da UFG, 1995. p. 22.

Dentre as honras e recompensas oferecidas pela Coroa Portuguesa pela descoberta das minas de ouro, Bartolomeu Bueno da Silva foi agraciado com

- o cargo de superintendente das Minas dos Goyazes e com a toponímia da vila criada em 1736 por dom Luís de Mascarenhas.
- a comenda do Anhanguera, a mais alta honraria do Império lusitano, e com a isenção do quinto no ouro explorado nos grandes rios.
- o título de governador e capitão-mor da capitania emancipada de São Paulo, sendo o primeiro brasileiro a exercer esse prestigioso cargo.
- a condecoração honorífica da Ordem de Cristo, desvinculada de recompensas pecuniárias, o que explica a indigência no final de sua vida.
- o direito vitalício de explorar os impostos sobre a passagem dos rios e de cobrar o dízimo sobre as produções agropecuárias nos arraiais.

Questão 97

Leia o texto a seguir.

Os movimentos messiânicos e milenaristas atuam tanto no campo religioso como no político e social, trazendo uma importante visão multidimensional.

GOMES FILHO, Robson R. *Carisma, Legitimidade e Dominação Religiosa*. Curitiba: Prismas, 2017. p. 50.

Um movimento social, ocorrido em Goiás, com características messiânicas e milenaristas com impacto religioso, político e social foi o organizado em torno

- de padre Pelágio, no distrito de Barro Preto, que se tornou o grande responsável pela criação da Romaria de Trindade.
- do padre João, em Boa Vista, o “padre coronel”, figura emblemática pelo uso da influência religiosa católica para efetivação de uma liderança política.
- do padre Luiz Gonzaga Fleury, conhecido como “o pacificador goiano”, por dissuadir o movimento separatista no norte da província de Goiás.
- de Benedita Cypriano Gomes, a “Santa Dica”, que formou uma comunidade no distrito pirenopolino de Lagolândia, até ser desbaratada pela polícia em 1925.
- de Pedro Casaldáliga, religioso vinculado à Teologia da Libertação, que se constituiu em uma liderança entre os camponeses na luta contra o Regime Militar.

Questão 98

Leia o texto a seguir.

Goiás entrará nos anais da Inquisição: em 1776 é preso o único goiano desta história: José Ricardo de Moraes. Era natural de freguesia de Meia Ponte, sendo morador do Arraial de Santa Cruz, distante 52 léguas de Vila Boa. [...] Em seu processo catalogado na Torre do Tombo sob o nº 2779, encontramos inclusive a descrição de seu tipo físico, uma espécie de retrato falado: “homem bastardo, estatura ordinária, cara redonda, cabelos pretos, compridos e crespos”.

MOTT, L. A Inquisição em Goiás: fontes e pistas. In: ARRAIS, C. P. A.; SANDES, N. F. (Org.). **A História Escrita**: percursos da historiografia goiana. Vitória, ES: GM Editora, 2017. p. 69 – 85. p. 72.

O termo “bastardo”, no século XVIII, além de filho natural ilegítimo, também designava indivíduo

- a) reincidente condenado por delito leve.
- b) filho alforriado de escravo dado para adoção.
- c) herege, envolvido em ritualística afro-americana.
- d) pagão, reconhecidamente não batizado na igreja.
- e) mestiço de caucasiano com indígena ou negroide.

Questão 99

Leia o texto a seguir.

Art. 20º O Conselho Superior da Polícia Civil do Estado de Goiás, órgão colegiado consultivo, normativo e deliberativo da Polícia Civil tem por finalidade propor, opinar e deliberar sobre matérias relacionadas com a administração superior da Polícia Civil.

Lei n. 16.901, de 26 de janeiro de 2010. Disponível em: <www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2010/lei_16901.htm>. Acesso em: 8 jun. 2018.

Como componente da estrutura organizacional da Polícia Civil, o Conselho Superior tem a competência de

- a) indicar ou prover os cargos em comissão dos quadros de pessoal da Polícia Civil, observada a legislação em vigor.
- b) declarar, por meio de decisão fundamentada, o impedimento à promoção de servidores que estiverem cumprindo pena disciplinar ou criminal.
- c) coordenar a elaboração dos expedientes e das correspondências a serem encaminhadas pelo Delegado Geral.
- d) promover a administração e o controle de pessoal ativo e inativo e de pensionistas referentes aos serviços de assistência social.
- e) elaborar diretrizes para o planejamento operacional, respeitando regras do sistema de segurança do Estado de Goiás.

Questão 100

Leia o texto a seguir.

Capítulo V. Das responsabilidades.

Art. 305 – Pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário responde civil, penal e administrativamente.

Lei n. 10.460, de 22 de fevereiro de 1988. Disponível em: <www.gabinetecivil.goias.gov.br/pagina_leis.php?id=4221>. Acesso em: 12 jun. 2018.

A absolvição criminal só afasta a responsabilidade civil e administrativa se

- a) não ficar configurada ocorrência de prejuízo eminente ao Estado.
- b) constranger o funcionário no exercício corrente de suas atribuições.
- c) negar a existência do fato ou afastar do acusado a respectiva autoria.
- d) houver diferença entre as datas de abertura dos respectivos processos.
- e) órgão da administração isentar o funcionário via comunicado oficial ordinário.

